

**“O AMIGO DO DEMÔNIO”: A GESTÃO
SUJEITADA DE MAURO MOTA A GILBERTO
FREYRE NO COMANDO DO INSTITUTO
JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS
(1956-1971)**

*“The devil’s friend”: the subject management of Mauro
Mota to Gilberto Freyre in charge of the Joaquim Nabuco
Institute for Social Research (1956-1971)*

Tércio de Lima Amaral¹

RESUMO

O sociólogo Gilberto Freyre foi um importante nome das ciências humanas e sociais no Estado de Pernambuco no século 20. O intelectual, além de autor de livros como o *Casa Grande & Senzala*, publicado nos anos 1930, também teve atuação na gestão de instituições científicas e culturais. No Recife, Freyre exerceu com influência significativa os rumos do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS), sobretudo quando a instituição era dirigida pelo imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL), o jornalista e poeta Mauro Mota, entre os anos de 1956 e 1971. Por meio do subordinado, que era o diretor-executivo, Freyre ditou os rumos da instituição, nomeando amigos, familiares e ajustando os novos tempos do instituto ao regime militar (1964-1985), do qual foi um grande defensor e entusiasta. Este artigo tem como objetivo contribuir para a história do instituto, que desempenhou um papel de grande relevância na consolidação das pesquisas sociais no Nordeste do Brasil, debater as relações entre intelectuais e as instituições, além de descortinar como os espaços de ciência eram organizados pela elite pernambucana antes e durante a ditadura militar (1964-1985). No artigo, ao discutir esse cenário de troca de favores, patrimonialismo e subordinação, utilizamos como fontes cartas, portarias instituições, artigos e matérias de jornais.

Palavras-chave: Gilberto Freyre; Mauro Mota; ABL.

¹ Tércio de Lima Amaral é Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente, é professor da Rede Municipal de Educação da Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes. Email: tercio.amaral@uol.com.br.

ABSTRACT

The sociologist Gilberto Freyre was an important figure in the humanities and social sciences in the state of Pernambuco in the 20th century. Besides being the author of books such as *Casa Grande & Senzala*, published in the 1930s, the intellectual also played a role in the management of scientific and cultural institutions. In Recife, Freyre significantly influenced the direction of the Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS), especially when the institution was directed by the immortal member of the Academia Brasileira de Letras (ABL), the journalist and poet Mauro Mota, between 1956 and 1971. Through his subordinate, the executive director, Freyre dictated the institution's course, appointing friends and family and adapting the institute's new era to the military regime (1964-1985), of which he was a great defender and enthusiast. This article aims to contribute to the history of the institute, which played a highly relevant role in consolidating social research in Northeast Brazil, to discuss the relationships between intellectuals and institutions, and to reveal how scientific spaces were organized by the Pernambuco elite before and during the military dictatorship (1964-1985). In discussing this scenario of exchange of favors, patrimonialism, and subordination, we use letters, institutional decrees, articles, and newspaper reports as sources.

Keywords: Gilberto Freyre; Mauro Mota; ABL.

Introdução

Na vida sempre fui diferente, mas subserviente, jamais!
 Isso não quer dizer que eu deixe de reconhecer no autor de Casa Grande & Senzala um grande escritor.
 Entretanto, individualmente, ele é um homem mau!
 E, ouçam bem os que tiverem ouvidos para escutar, como diz a Bíblia: - Não há gênio mau! (...) O gênio mau não é gênio, - é Demônio!
 Carta de Ascenso Ferreira ao presidente Juscelino Kubitschek em 7 de dezembro de 1956

“Vou danado pro Catete, vou danado pro Catete, com vontade de chegar”. A campanha do futuro presidente Juscelino Kubitschek ganhou um reforço e tanto nas ruas: a autoparódia dos versos *Trem de Alagoas*, do poeta Ascenso Ferreira, produzida e recitada pelo próprio em comícios na campanha de 1955. O sucesso das ruas se converteu também em votos, dando a Juscelino a vitória na disputa pelo Palácio do Catete, sede da Presidência da República, no Rio de Janeiro (BOLAND, 1983). Para compensar o aliado do mundo das letras e ferir à vaidade do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, que na campanha apoiou um dos principais adversários, o marechal Juarez Távora, Juscelino Kubitschek resolveu presentear Ascenso com a diretoria executiva do então Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS), no Recife. Em jornais recifenses, Ascenso chegou a declarar que tal cargo lhe serviria exclusivamente para lhe proporcionar um carro oficial e bancar parte de suas despesas, até porque possuía, publicamente, duas mulheres e duas casas para sustentar (MOTA, 1977 [1975]). Com a adversidade instalada, o então editor do *Diário de Pernambuco*, Mauro Mota, amigo do então chefe do Gabinete Civil do presidente da República, o crítico literário Álvaro Lins, e nome favorável a Gilberto Freyre, criador do IJNPS e a quem Ascenso Ferreira se refere como “demônio” em carta a JK, assumiu o comando o instituto em 1956, ficando no cargo até 1971.

Referência e divisor de águas no quesito pesquisa em ciências humanas e sociais na região Nordeste, o Instituto Joaquim Nabuco foi criado pela lei federal nº 770, de 21 de julho de 1949. A mesma lei deu uma dotação de um milhão e quinhentos mil cruzeiros para a sua criação e início do funcionamento. Devido uma omissão na lei original de sua fundação, em 1953, outra foi criada e deixou claro que o IJN era subordinado diretamente ao Ministério da Educação e Saúde (posteriormente, Educação e Cultura) e cria a função de diretor. Em 1960, o instituto ganhou autonomia administrativa e financeira. Em 1963, o nome foi oficialmente mudado para Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS). Somente em 1980, na ocasião das comemorações do 80º aniversário do sociólogo Gilberto Freyre, que a instituição passou a ser chamada de Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), nome que adota até os dias atuais. A ideia da criação do instituto partiu de Gilberto Freyre quando cumpria mandato de deputado federal por Pernambuco. Em 1948, ele apresentou o projeto de lei criando o instituto devido às comemorações do centenário do embaixador pernambucano Joaquim Nabuco (FRESTON, 1989). Pela instituição, passaram nomes importantes das ciências humanas e sociais de Pernambuco, boa parte oriundos de famílias tradicionais e do círculo de amizade de seu fundador, a exemplo de Amaro Quintas, Manuel Correia de Andrade, Nilo Pereira, Waldemar Valente e os irmãos Renato e Maximiano Campos, estes últimos tio

e pai, respectivamente, do ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos, falecido em 2014.

Figura 1 - Mauro Mota assina o termo de posse como diretor do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, em 1956. Na foto, a presença do amigo Álvaro Lins de braços cruzados como que desprezasse o momento solene.



Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

Desde a cerimônia de posse, realizada na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, no dia 5 de abril de 1956, às 16h30, em um gabinete do Ministério da Justiça, Mauro Mota reverenciou o nome do autor de *Casa Grande & Senzala*: “Como todos sabemos, o Instituto Joaquim Nabuco resultou da Lei 770 de 21 de julho de 1949, e essa lei de um projeto do então deputado Gilberto Freyre” (PLANO..., 1956), disse no começo do seu discurso, que ainda contou com as presenças do então ministro da Educação, Clóvis Salgado, e o então chefe da Casa Civil e seu amigo de infância, Álvaro Lins. “Até hoje, embora sem qualquer missão oficial, (Gilberto Freyre é) o principal orientador dos trabalhos de pesquisa diretamente e através de seus livros, conferências, aulas e até de sugestões contidas em artigos de jornal” (PLANO..., 1956, n.p.), prossegue. “Na justificativa do projeto, bem fora do sumário de outras justificativas, o autor deu rumo e a ambiência dos movimentos da instituição” (PLANO..., 1956, n.p.). Mauro Mota, antes de dar sequência ao discurso, que tratava, entre outros pontos, da potencialidade de pesquisas do instituto, reafirmou que leis posteriores ao projeto de lei de Gilberto Freyre jamais contrariaram a fixação inicial de seu fundador para o estudo antropológico, etnológico, etnográfico, folclórico, sociológico e econômico das comunidades regionais, particularmente dentro das várias zonas rurais do Nordeste.

Em sua gestão no Instituto Joaquim Nabuco, que durou 14 anos, da queda de Ascenso até a nomeação do novo diretor-executivo Fernando Freyre, filho de Gilberto, Mauro foi responsável pela consolidação da instituição e gozou de um prestígio graças a parcerias com organizações, como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). No livro *Cara e C'oroa: uma fase do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, ele faz um panorama da gestão. Ao entrar no instituto, Mauro Mota relata que encontrou a instituição apenas com sete servidores – incluindo o motorista e o contínuo (MOTA, 1974, p. 17). Diz que durante seu comando, foram contratados diversos pesquisadores e que a instituição, de fato, saiu do papel. Entre os números, está a realização, entre sua entrada até 1970, de 110 pesquisas, 1159 aulas e conferências, e 83 publicações sobre pesquisas sociais de técnicos da casa (MOTA, 1974, p. 18). O relatório também abordou o crescimento da biblioteca: de 398 livros, em 1958, passou para um acervo de 24.695 mil títulos em 1971 (MOTA, 1974, p. 19). De fato, a escassa bibliografia disponível sobre a história da Fundação Joaquim Nabuco faz uma análise positiva do tempo em que Mauro Mota ocupou a diretoria executiva.

Natural do Recife, Mauro Mota teria nascido no ano de 1908 (MOTTA, 2012), apesar de publicamente ter adotado o ano de 1911² como data de nascimento. Essa mudança seria para, supostamente, camuflar sua escolaridade tardia. Fez parte dos estudos iniciais no município de Nazaré da Mata, no interior de Pernambuco, e o secundário no Colégio Salesiano, na capital, onde conheceu o crítico pernambucano nascido em Caruaru, Álvaro Lins. Concluiu os estudos no Ginásio do Recife. Tornou-se bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, em 1937, mas direcionou sua carreira ao mundo das letras, em especial a poesia, o jornalismo, a geografia e as ciências sociais. Tinha suas preferências políticas – mais ligadas a grupos de direita – e estéticas: por exemplo, deixou de lado os dois “ts” dos Mottas e o adotou apenas um.

Mauro foi um intelectual de referência na cultura pernambucana, sobretudo entre as décadas de 1940 e 1980, período analisado neste trabalho. O intelectual tornou-se conhecido por meio do jornalismo, iniciando a carreira como secretário e depois redator-chefe do jornal *Diário da Manhã*, entre 1935 e 1941. Logo em seguida, em 1941, entrou no *Diário de Pernambuco*

2 Em entrevista ao Museu da Imagem e do Som de Pernambuco (MISPE), em 10 de junho de 1977, Mauro Mota diz que, apesar de ter nascido no Recife, foi registrado em Nazaré da Mata. Apesar disso, quando mandou buscar seu registro em Nazaré da Mata, o documento não foi localizado. Na pesquisa de Roberto Motta, ele aponta a existência de mais de um registro de nascimento (MISPE, 1977).

(DP), onde ocupou cargos de direção e editou um suplemento literário influente na região Nordeste entre os anos de 1947 e 1959, beneficiando com o auge do então maior conglomerado de mídia do Brasil, os *Diários Associados*. Ele também foi diretor-executivo do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJPNS), entre os anos de 1956 e 1971, professor catedrático de geografia do Instituto de Educação de Pernambuco, entre 1950 e 1971. Além disso, foi membro da Academia Brasileira de Letras (ABL) e da Academia Pernambucana de Letras e dos Conselhos Federal e Estadual de Cultura (CURRICULUM..., 1984). Mauro Mota faleceu em Recife, em 22 de novembro de 1984. No período, era diretor do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje), cargo que ocupou desde 1972. Do trabalho enquanto geógrafo, cientista social, chama a atenção a submissão ao sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, a quem deveu fidelidade até o fim da vida, mesmo quando foi prejudicado por manobras articuladas por aquele que foi a sua maior referência intelectual.

Assim como Mauro Mota, Gilberto Freyre nasceu em Recife, no dia 15 de março de 1900. Era filho de Alfredo Freyre, educador, juiz de direito e catedrático de economia política na Faculdade de Direito do Recife, com Francisca de Mello Freyre. Na infância, ele entrou no Colégio Americano Gilreth, no Recife. Conviveu, por exemplo, desde muito cedo com a elite açucareira decante, com suas temporadas no Engenho São Severino do Ramo, de seus parentes. Também como Mauro Mota, iniciou sua vida literária por meio da participação de uma sociedade literária na escola e tornou-se o redator-chefe do jornal impresso do colégio intitulado O Lábaro. Concluiu o curso de bacharel em Ciências e Letras na escola recifense, depois seguindo para as universidades norte-americanas de Baylor, no Texas, onde concluiu a formação em bacharel em Artes, e de Columbia, em Nova York, onde tornou-se mestre com a tese sobre a vida social no Brasil no século XIX. Em dezembro de 1933, publicou o seu livro mais conhecido, com diversas traduções pelo mundo: *Casa Grande & Senzala*. Logo em seguida, publicou outros trabalhos importantes, como *Sobrados e Mucambos* (1936) e *Ordem e Progresso* (1956). Gilberto Freyre chegou a ser eleito deputado federal por Pernambuco em meados da década de 1940, e tornou-se um intelectual com projeção nacional e internacional, com braços na imprensa e no poder público. Manteve relações próximas como lideranças hoje rechaçadas publicamente, como ditador português Oliveira Salazar. Era esse o peso simbólico com o qual Mauro Mota teve que lidar. De um intelectual – que não mudou de domicílio para o Rio de Janeiro, como a maior parte dos consagrados –, que permaneceu no Recife e ditou os rumos de parte da imprensa e das instituições científicas de Pernambuco (FREYRE, 2006 [1975]).

Presença constante na trajetória de Mauro Mota, o sociólogo Gilberto Freyre foi sua maior referência intelectual. Aliado de primeira ordem, em alguns momentos, crítico ferrenho e até intimidador. Com Gilberto, Mauro Mota criou uma relação de fidelidade, às vezes, não correspondida.

Um favor com cegueira: Patrimonialismo, a sombra freyriana e a consolidação do gestor de instituições em Mauro Mota

Em um bilhete de 13 de março de 1968, Gilberto Freyre pediu a Mauro Mota que contratasse uma de suas protegidas: Maria Cristina Andrade Nascimento. Em uma época na qual o serviço público não dispunha de seleções de caráter ilibado, um simples recado poderia se consolidar em forma de contratação. “Meu caro Mauro”, disse Gilberto, “ficarei muito grato pelo que lhe vou propor fazer, com cegueira, a favor da minha protegida Maria Cristina Andrade Nascimento. Bom elemento, trabalha com o melhor senso de dever e merece sua atenção” (FREYRE, 1968, n.p.). A contratação de Maria Cristina foi um dos tantos casos de favorecimento pessoal tanto de Mauro Mota como de Gilberto Freyre no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS). Pelo menos dois dos filhos de Mauro e outro de Gilberto também fizeram parte do quadro de funcionários da instituição. De Mauro, Roberto Motta e Luciana Motta. De Freyre, Fernando Mello Freyre, que administrou o IJNPS, também com o novo nome, Fundação Joaquim Nabuco, Fundaj, entre os anos de 1971 e 2003. A construção de Mauro Mota enquanto gestor de órgão público se identifica com a tese clássica do patrimonialismo³ no Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda, onde o público se confunde com o privado.

O sociólogo, jurista e historiador Raymundo Faoro, no clássico “Os donos do poder - formação do patronato político brasileiro” (1958), defende que a estrutura patrimonialista do estado brasileiro é a principal causa de suas mazelas. Este tipo de estrutura - a confusão entre o público e o privado - foi

3 O historiador Sérgio Buarque de Holanda também trata, em seu livro clássico *Raízes do Brasil*, da questão do patrimonialismo na esfera pública. Segundo ele, devido às suas raízes históricas – a sociedade patriarcal foi determinante nessa formação –, a gestão pública no Brasil obedece a interesses privados e o homem público no país considera que suas funções, na verdade, são direitos pessoais, e acaba se apropriando do patrimônio e/ou das benesses do aparelho de estado. Até a escolha dos gestores públicos, segundo sua tese, estaria baseada em acordos pessoais, e não na questão da capacidade técnica dos indicados (HOLANDA, 1995).

introduzida pelo governo português ainda no período colonial e reforçada com a chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808. Esse padrão continuou após a independência, em 1822, e permaneceu consolidado no Império e no atual período republicano. Segundo ele, o estado intervém, planeja e dirige o mais que pode na economia, tendo em vista interesses particulares do grupo que o controla (o estamento). Não há regras do jogo estáveis na economia, pois elas atendem o grupo que está no poder no momento. O segundo aspecto desse patrimonialismo é sociopolítico. Na visão do intelectual, a sociedade brasileira está dividida em classes (CAMPANTE, 2003). Segundo o sociólogo e cientista político Rubens Goyatá Campante,

O estamento é uma camada organizada e definida politicamente por suas relações com o Estado, e, socialmente, por seu modus vivendi estilizado e exclusivista. Não se confunde com a burocracia: “burocrático” é uma qualificação, não a substância; o cargo burocrático é um veículo para a diferenciação social. E, por último, não é, adverte Faoro, uma “elite”, nos termos de Mosca, Pareto ou Michels, pois não é uma camada heterônoma e aberta, surgida da “composição patricio-plebeia” que operou nos países capitalistas a partir do século XIX. Ao contrário, é uma estrutura social autônoma e fechada, típica de um “Estado patricio”, em que não há uma circulação de baixo para cima (CAMPANTE, 2003, p. 2).

Dentro da lógica patrimonialista, o estado é centralizador e administrado por uma camada social que o controla. O patrimonialismo é personalista, é representado por figuras ou controlado por elas. Meritocracia, palavra hoje em dia bastante usada, é longínqua a essa realidade. A sociedade patrimonialista é regida pelo poder pessoal. A lógica administrativa do então Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS) era justamente essa: aliada do poder dominante, seja ele no período democrático e reforçado pelo regime militar, a instituição servia ao seu diretor, Mauro Mota, filhos, amigos, e colegas de profissão, como também vivia em virtude da celebração da obra de seu fundador e presidente do Conselho Diretor, Gilberto Freyre. Tanto é que as rotinas pessoais, tanto de Mauro como de Gilberto, confundiam-se com a instituição, até mesmo com relação a gostos, a preferência pessoal por determinados temas e determinados pesquisadores (CAMPANTE, 2003, p. 3).

Figura 1 - Bilhetes demonstravam a força de Gilberto Freyre em Mauro Mota:

o pedido da contratação “com cegueira” para a protegida Maria Cristina Andrade Nascimento.

mm
24 dec 1960
Valeu ao Mauro: Ficarei
muito grato pelo que
ele foi fazendo
Gilberto de Mello Freyre
com cegueira, a favor da
minha protegida Maria
Apipucos Cristina Andrade Nas- Recife

Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

A sombra freyriana sobre Mauro Mota no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais foi construída em pelo menos duas frentes: uma simbólica, já que Freyre, enquanto deputado federal por Pernambuco foi o responsável pelo projeto de lei que criou a instituição, e outra jurídica. Entre os anos de 1960 e 1987, ano de sua morte, Gilberto Freyre foi presidente do Conselho Diretor da instituição, órgão de caráter consultivo da Diretoria Executiva. O Conselho Diretor foi criado quando o Instituto Joaquim Nabuco, pela Lei de 2 de agosto de 1960, conquistou personalidade jurídica e autonomia administrativa. O conselho seria composto de cinco membros, “escolhidos dentre pessoas de ilibada reputação que se dediquem a estudos e pesquisas científicas de natureza social”, e por um Diretor-executivo, ao qual o Conselho delegaria poderes” (JUCÁ, 1991, p. 95). O mandato dos conselheiros seria de seis anos. Somente na Portaria nº 310, publicada pelo ministro da Educação, Ney Braga, em 31 de maio de 1974, o Ministério da Educação define as competências do conselho (JUCÁ, 1991, p. 95): entre elas, opinar sobre assuntos de natureza diversa, como os trabalhos científicos da instituição, a aprovação do orçamento anual e a aprovação das contas do diretor-executivo. O conselho teria ainda a competência de apreciar os balanços anuais e os valores patrimoniais do instituto. Foi de Mauro Mota a proposição ao Conselho Diretor, em 13 de dezembro de 1960, que alterou o nome da instituição de Instituto Joaquim Nabuco para Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (JUCÁ, 1991).

Em carta a Gilberto Freyre em 19 de agosto de 1960, Mauro Mota explicou a articulação para a autonomia jurídica do instituto e a criação do Conselho Diretor. Ele relatou que, após o parecer favorável do então senador Milton Campos, que conferia personalidade jurídica e autonomia financeira, e administrativa a instituição, o projeto ficou em “hibernação”, no jargão político, parado, engavetado no Senado: “Quase inesperadamente, logo suspeitei de outras interferências, obtive aprovação em plenário e foi enviado à sanção presidencial” (MOTA, 1960, n.p.), avalia. Com a iminente sanção presidencial, Mauro se deslocou ao Rio de Janeiro e, em seguida, a Brasília. “Viajei logo para o Rio para os contatos inadiáveis: Abelardo e Aderbal, que se mostraram de extraordinária dedicação, Antiógenes, que me deu ótima carta para o Penido, e com Armando Monteiro Filho” (MOTA, 1960, n.p.), completou. Na sede do poder, Mauro Mota foi recebido pelo então presidente em exercício, Ranieri Mazzilli, no Palácio da Alvorada – residência oficial – e logo depois ao Palácio do Planalto – gabinete da presidência. A correria na articulação é justificada por prováveis oposições ao instituto, em Brasília. Ao dizer que o presidente assinou o ato de nomeação do Conselho Diretor e deu ordens para ser publicada no dia seguinte, ele confessa que “isso significou eliminar todas as chances de certos pedidos, já armados em alguns setores” (MOTA, 1960, n.p.). Não se sabe quais seriam.

A luta de Mauro, em suas palavras, foi para que não houvesse qualquer “perda de tempo” e para que “continuasse a merecer” a confiança de Gilberto Freyre. A correspondência demonstra o jogo de cartas marcadas nos cargos de confiança da instituição, com os nomes já acertados previamente:

Durante audiência, referiu-se a você em termos de altíssima simpatia. De acordo com o recorte de jornal que lhe foi enviado, você já sabe como ficou organizado o Conselho: por seis anos, você, já eleito presidente na reunião de instalação, Antiógenes e Delgado; por três, Merval Jurema e Fernando Milanez, atual secretário da Justiça da Paraíba.

Nenhum dos nomes que lembramos inicialmente foi esquecido nas conversações. Entretanto, as circunstâncias impuseram modificações e sobre elas conversaremos. Apresentarei ao querido mestre e amigo minucioso relatório verbal. A luta foi para que não houvesse qualquer perda de tempo e para que continuasse a merecer a sua confiança.

O Conselho já enviou ao governo a lista tríplice para a nomeação do diretor executivo: fui incluído juntamente com Albino Fernandes e Cláudio Souto.

Agora vamos começar os estudos para o ajustamento do IJN à

nova situação. Mas é claro que a reestruturação, sobretudo dos cargos científicos, somente será aprovada depois de sua chegada. Os trabalhos do Museu acham-se em fase de acabamento e o Marcos Vinícios em atividade. O seu livro com ilustrações de Bandeira já está em provas.

Do seu amigo firme, Mauro (MOTA, 1960, n.p.).

Na gestão de Mauro Mota, o instituto ainda não contava com a concorrência de outras instituições científicas, sobretudo nas áreas de sociologia. Órgãos do próprio governo federal ou de governos estaduais atuavam como clientes, bancando pesquisas realizadas pela instituição. De acordo com a pesquisadora Joselice Jucá, diversas pesquisas foram realizadas pela equipe do Departamento de Estatística, nos anos 1960, e foram financiadas pelos governos dos estados de Alagoas e Ceará, Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) e Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) (JUCÁ, 1991). O sociólogo Gilberto Freyre era constantemente informado dessas pesquisas. Nas cartas enviadas de Mauro Mota ao presidente do Conselho Diretor, há informações do andamento dos inquéritos – como eram tratadas as pesquisas no período – e do desempenho dos pesquisadores envolvidos. De certa maneira, Mauro Mota também era os olhos de Gilberto Freyre no instituto. Em uma carta enviada a Freyre em 20 de setembro de 1962, cujo destino é a Embaixada do Brasil, em Lisboa, Mauro Mota diz que estava tudo bem quanto poderia estar na ausência do presidente do Conselho Diretor:

Meu caro Gilberto:

Aqui tudo bem. Isto é, quanto pode ir bem na sua ausência. Os cursos, o de Nelson Chaves, e de Waldemar Valente e o que estamos fazendo em colaboração com a Sudene e a Universidade, funcionando regularmente. Já estamos iniciando a pesquisa de Fortaleza: ontem mesmo falei com Parsifal (José Parsifal Barroso, governador do Ceará), na reunião da Sudene, e ele prometeu liberar logo pelo menos metade da verba aqui que foi consignada ao IJN no orçamento do Ceará. A pesquisa no vale do Jaguaribe (equipes do IJN e da Sudene), na fase final de planejamento. Os outros projetos, que você conhece, em fase de acabamento (MOTA, 1962, n.p.).

Outras questões aparentemente desimportantes para o funcionamento de um instituto científico consistiam nas pautas dessas cartas de prestação de contas. Na mesma carta, Mauro Mota relatou que estava instalado na “régia cozinha de azulejo e mármore” do instituto – segundo ele, os visitantes estavam encantados. “Felizmente os azulejos estão muito bem pregados. Agora vamos entrar na fase das janelas. Estou fazendo força para que elas fiquem tão belas quanto aquelas de Talvez Poesia” (MOTA, 1962, n.p.). De fato, o culto às casas grandes pernambucanas e às famílias tradicionais foi uma pauta freyriana que a gestão de Mauro Mota conseguiu implantar no instituto. Entre as missões concluídas estão a restauração e demais dependências do casarão Francisco Ribeiro Pinto Guimarães, que contou com a ajuda de Abelardo Rodrigues e do servidor Aécio de Oliveira. O então delegado do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em Pernambuco, Aírton Costa Carvalho, e o engenheiro Telmo Maciel se envolveram no projeto. No casarão, construído no século XIX, foi onde nasceu o Instituto Joaquim Nabuco, na Av. 17 de Agosto, no bairro de Casa Forte, na Zona Norte do Recife, recebendo o nome do seu proprietário. Francisco Ribeiro Pinto Guimarães foi um rico comerciante de açúcar que utilizava o espaço para a compra e exportação do produto.

O historiador João Alberto da Costa Pinto coloca o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais como “feudo institucional” (PINTO, 2009) de Gilberto Freyre. Moldado à sombra de seu criador, a instituição já tinha prestígio internacional em fins da década de 1950. O golpe de 1964 representou uma das faces da consagração internacional de Freyre que, longe das estruturas dominantes de fala, o eixo Rio-São Paulo, imprimia, junto a uma intervenção política, uma “sobrevida ideológica a uma fração importante da classe dominante brasileira no século XX – a burguesia agroindustrial nordestina, que declinava politicamente nos estertores do seu solapamento produtivo” (PINTO, 2009, p. 449). Aliado de primeira ordem, Mauro Mota contribuiu com a manutenção dessa estrutura enquanto foi diretor.

Apesar da grande interferência de Gilberto Freyre, a gestão de Mauro Mota pode ser considerada vitoriosa do ponto de vista político, e não somente quando se refere ao Conselho Diretor. A gestão de Paulo Maciel, anterior à de Mauro, preparou cerca de quatro a cinco projetos de reestruturação do instituto, com a criação de departamentos científicos, cargos e funções. Nenhum deles sequer foi analisado pelo Ministério da Educação e Cultural ou pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP): “Com a vinda de Mauro Mota, tornou-se possível uma reestruturação do Nabuco, efetivada através do Decreto nº 50.433, de 10 de abril de 1961 (D. O. U. de 12 de abril de 1961), assinado pelo Presidente Jânio da Silva Quadros” (JUCÁ,

1991, p. 100). Esse decreto é a espinha dorsal do então instituto, sendo responsável pela criação dos departamentos de História Social, Sociologia, Psicologia Social, Antropologia, Economia, Geografia Humana, Estatística e Cartografia, além dos departamentos de Administração, Serviço de Biblioteca e Documentação e o Serviço de Contabilidade (JUCÁ, 1991).

Analisando as correspondências de Mauro Mota a Gilberto Freyre, de posse da Fundação Gilberto Freyre, no Recife, chega-se à conclusão de que a dependência do diretor-executivo do Instituto Joaquim Nabuco e da própria instituição também era material, claro que, com elementos de mistura do espaço privado, literalmente, a casa – tema central de Freyre em *Casa Grande & Senzala* –, com o espaço público. Na década de 1960, Mauro Mota, por exemplo, chegou a enviar um ofício à residência de Gilberto Freyre, em Apipucos, pedindo equipamentos de construção emprestados para realizar uma reforma no instituto: “Senhor Diretor, solicito de V.S. ceder por empréstimo, durante alguns dias, duas pás que servirão às obras que estão sendo atualmente executadas neste Instituto” (FUNDAJ, 1962, n.p.). Em outros momentos, o próprio Gilberto foi responsável pela doação de livros (FUNDAJ, 1959) e obras de arte. Freyre doou, por exemplo, objetos da casa que pertenceu ao industrial Delmiro Gouveia, a Vila Anunciada, que se transformou numa unidade do instituto, no bairro de Apipucos. “Tenho a satisfação de agradecer a oferta ao Instituto Joaquim Nabuco do material relacionado no ofício de V.S., ref. CRR nº 1239/60” (FUNDAJ, 1960, n.p.), diz Mauro Mota em ofício, que completa: “Tratando-se de peças da secular Vila Anunciada, que pertenceu a Delmiro Gouveia, muito úteis serão ao Museu deste órgão, ora em face de organização” (FUNDAJ, 1960, n.p.).

Com amplos poderes – simbólicos e jurídicos –, Gilberto Freyre ordenava a contratação de funcionários, sugeria palestras e pesquisas e mantinha o instituto sob seu controle, ao ponto de colocar seu filho, Fernando Mello Freyre, na diretoria-executiva e no comando da instituição com a saída de Mauro Mota, em 1971. O Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais serviu também como espaço de consagração intelectual do próprio Gilberto Freyre. Por lá, diversas palestras e conferências foram realizadas por ele durante a gestão de Mauro Mota. Ao longo de 14 anos de gestão, Freyre apresentou 19 conferências, fora os livros e debates na instituição em torno de sua obra⁴. Além disso, intelectuais que pesquisavam seus trabalhos e se tornaram especialistas e propagadores deles tiveram no instituto um órgão

4 O sociólogo Gilberto Freyre aparece como maior conferencista do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS) durante a gestão de Mauro Mota, entre os anos de 1956 e 1971. Os números estão disponíveis no relatório de gestão de Mauro Mota à frente da instituição (MOTA, 1974, p. 63-109).

financiador. Ligado à Universidade de Brasília, Edson Nery, por exemplo, chegou a pedir a Mauro Mota passagens aéreas da capital federal ao Recife para dar andamento à biografia que estava produzindo sobre Gilberto Freyre. Em uma carta datada de 20 de outubro de 1964, Nery pediu a Mauro: “Gostaria de saber se o Instituto Joaquim Nabuco poderia dar-me passagens aéreas RIO-RECIFE-RIO, a fim de que eu passasse o mês de janeiro no Recife, acabando a biografia de Gilberto Freyre” (NERY, 1964, n.p.). O autor argumenta que tal trabalho só poderia ser realizado na “própria casa” de Gilberto, ou seja, no Recife, pois havia muita coisa que ainda não tinha visto e era preciso estar *in loco* com o biografado.

O próprio diretor contou com a presença de dois de seus filhos nos quadros da instituição. Além de funcionários do instituto, Roberto e Luciana Motta figuraram entre os 12 pesquisadores agraciados com bolsa de estudos e que foram acolhidos pelo instituto. “Em 1963, Roberto Mota, que fez o curso de desenvolvimento nacional no Instituto de Ciências Sociais de Haia, que lhe concedera bolsa de estudos, e onde recebeu o grau de mestre em ciências sociais”, diz o próprio Mauro em seu relatório de gestão. “Em 1968, Luciana Cortez Mota, que fez, na Universidade de Gante, Bélgica, entidade concessora da bolsa de estudos, curso de aperfeiçoamento em técnica de pesquisa em história social” (MOTA, 1974, p. 28). A prática patrimonialista, juntada ao ingresso no serviço público, segundo o sociólogo Sérgio Miceli, permitiu aos herdeiros dos ramos empobrecidos da antiga oligarquia resgatar o declínio social a que se viam condenados assumindo diferentes tarefas na divisão do trabalho de dominação” (MICELI, 2001, p. 200). Ou seja, o que seria a primeira vista uma prática de aparelhamento também era, na verdade, uma forma de usar o aparelho de Estado para sobrevivência.

As práticas patrimonialistas da gestão Mauro Mota também podem ser exemplificadas pelo seu motorista: Luís Severino de Lima, também conhecido como Galego. Contratado pelo Instituto Joaquim Nabuco, ele cumpria dupla jornada na instituição à qual estava vinculado e no “Diário de Pernambuco”, jornal em que Mauro Mota era diretor. Além de acompanhar o diretor na instituição de pesquisa, Galego ficava noites adentro esperando o fechamento do jornal, servindo até como porteiro da sala que dava acesso à diretoria do *Diário*. Segundo Waldemar Valente, amigo de Mauro, “Galego era gente de confiança de Mauro. De noite, no *Diário* e de dia no Joaquim Nabuco. Quase não tinha tempo para dormir. Às vezes, de madrugada, quando não tinha disposição para voltar para casa, cochilava nas cadeiras do *Diário*” (VALENTE, 1986, p. 33). A fidelidade de Galego também lhe rendeu benefícios familiares, com o emprego de parentes no instituto, apesar da função simples comparada à infinidade de benefícios e cargos disponíveis

no Instituto Joaquim Nabuco. “João Severino de Lima, irmão do motorista Luís Severino de Lima, mais conhecido por Galego, trabalhava no Instituto como jardineiro” (VALENTE, 1986, p. 124). Entre os anos de 1956 e 1971, Mauro ficou ligado a três ambientes de trabalho, nos quais era funcionário: diretor do Instituto Joaquim Nabuco, editor e posteriormente diretor do *Diário de Pernambuco* e professor do Instituto de Educação de Pernambuco. Essas instituições se misturavam.

Mas o auge e influência sobre essas instituições não permaneceu por um longo período. No caso do Instituto Joaquim Nabuco, a instituição começava a enfrentar um contexto adverso, sobretudo com os pilares de sua gestão ruindo – as fontes de receitas minando com o advento da criação das universidades e seus departamentos de pesquisa nos anos 1970. Ou seja, com a consolidação dessas instituições, sobretudo a Universidade Federal de Pernambuco, houve um aumento da mão de obra especializada de sociólogos e outros profissionais de ciências humanas na região Nordeste, cuja referência até então era o instituto. Nesse período, em outubro de 1970, Mauro Mota encerrou mais mandato na diretoria executiva do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Entre outubro de 1970 e maio de 1971, ele continua à frente da instituição conforme pedido do Conselho Diretor, que enviou ao governo federal a lista tríplice para a escolha da nova gestão. Apesar de ter encabeçado a lista – que continha ainda Waldemar Valente e Ruy João Marques –, deixou a instituição que outrora lhe abria os caminhos para a intelectualidade e as ciências sociais. Aliás, também, claro, ele perde uma fonte de receita que também beneficiou parentes e amigos.

A narrativa institucional, construída por Joselice Jucá, servidora da Fundação Joaquim Nabuco, relata que ele se ausentou da instituição ao aceitar o convite do governador de Pernambuco, Eraldo Gueiros, para assumir o Departamento de Cultura de Pernambuco, onde ingressou em 6 de maio de 1971 (JUCÁ, 1991, p. 118). No entanto, na vida real, ele foi derrotado pela influência do amigo e sociólogo Gilberto Freyre, que colocou na função de diretor-executivo seu filho Fernando Freyre, que era administrador. Fernando permaneceu até o ano de 2003 e a instituição continuou com as mesmas práticas até as mudanças ocasionadas pela gestão do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que destituiu o filho de Freyre do comando. Em nenhum momento, até a morte, encontramos registros do próprio Mauro Mota questionando o que, na avaliação de parte de sua família, seria uma traição (FRESTON, 1989, p. 335).

Comemorando a ditadura: As palavras alusivas de Mauro Mota ao Golpe de 1964 e seu alinhamento institucional ao regime militar

Em 31 de março de 1969, o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais comemorou mais um aniversário do que chamara de “Revolução”. A expressão que soava positiva e dava sentido de mudanças, bem distante da realidade, referia-se ao Golpe de 1964, que iniciou um governo ditatorial no Brasil até o ano de 1985. Para registrar uma data tão especial para a instituição, foram escalados o presidente do Conselho Diretor, o sociólogo Gilberto Freyre, que presidiu a sessão, e o diretor-executivo, o poeta e jornalista Mauro Mota, que compôs a mesa. A conferência na sede, no bairro de Casa Forte, na Zona Norte do Recife, ainda contou com a presença do conferencista e servidor Carolino Gonçalves e foi acompanhada pelo corpo técnico e administrativo do centro de pesquisas. As falas dos gestores foram econômicas. Enquanto Gilberto afirmava que o 31 de março de 1964 já tinha se tornado uma data histórica, Mauro Mota apenas teria dito “palavras alusivas” ao acontecimento. Os elogios rasgados ficaram por conta do palestrante: “A revolução trouxe estabilidade para o desenvolvimento social e econômico do país. Já podemos constatar os efeitos positivos da Revolução em todos os campos de atividades, transportes, saúde, educação, habitação, etc.”, afirmou Carolino Gonçalves (IJNPS, 1971, p. 193).

Mais do que palavras, a relação do Instituto e de Mauro Mota com o regime militar foi de parceria e cumplicidade. A instituição afastou funcionários no despertar do novo regime, cancelou pesquisas que poderiam criar problemas políticos e gozou do prestígio que os militares, detentores do poder de então poderiam proporcionar. Em um mundo à parte, negando todo um contexto de repressão e violação de liberdades, além de atentados aos direitos humanos, o Instituto destacava, na comemoração do Golpe, que o governo militar (tratado como revolucionário) trouxe um programa pioneiro à vida republicana do Brasil⁵. Também elogiou a reforma universitária empreendida, com o aumento de matrículas e uma hipotética reforma agrária, tema indiferente ao governo ditatorial de então (IJNPS, 1971, p. 193). A boa relação dos gestores do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais com o regime foi imediata, mesmo que a relação com os militares tenha estreitado

5 A repressão política com o Golpe de 1964 foi uma das mais virulentas em Pernambuco, comparando-se a outros estados do país. No estado, durante a consolidação do novo regime e a prisão do governo Miguel Arraes, estimam-se mais de três mil prisões (COELHO, 2004 [2004], p. 199).

já na década de 1950⁶. Assim que o Golpe de 1964 eclodiu, a instituição acentuou a presença e recebeu, diversas vezes, militares das Forças Armadas, sobretudo do Exército e da Marinha. O ano de 1964 foi emblemático nessa relação que foi construída e teve laços fortes até o fim do regime. Naquele ano, a primeira visita registrada em nossa pesquisa foi de oficiais do contratorpedeiro Benevente, em transito pelo Porto do Recife no mês de abril. Eles foram representados pelos capitão-tenente Beraldino Sarzedos e os tenentes Antônio Sérgio de Cajueiro Costa e Hélio Hermano Almeida de Bustamante. A justificativa da visita foi a coleta de dados para trabalhos sobre Pernambuco e o conhecimento das atividades da casa (INFORMES..., 1964/1965e).

A série de visitas continuou com a presença do general Aurélio Lyra Tavares, então comandante do IV Exército, cuja sede era no Recife, em 5 de abril de 1964. Na ocasião, ele realizou uma conferência no instituto sobre “A pesquisa social e segurança da democracia”. O evento foi presidido pelo reitor da Universidade Federal de Pernambuco, o jurista Murilo Guimarães, e contou com a presença de representantes das Forças Armadas e teve a participação do diretor-executivo, Mauro Mota, que fez a apresentação do conferencista. O discurso do convidado fez alusão ao momento político em que o país estava vivendo, na ótica dos novos donos do poder. “Todos nós observamos que uma das grandes características sociais dos tempos em que vivemos é a ânsia coletiva pelo bem-estar social” (A PESQUISA..., 1964/1965, p. 322), disse Lyra Tavares. O general afirmou que os problemas contemporâneos transcendiam o campo nacional, transferindo-se para esfera internacional, e tratou de ações conjuntas entre povos ligados pelas mesmas concepções de vida e identificados pelo princípio ideológico. A fala era uma alusão ao contexto histórico da época, cuja divisão era representada por países aliados aos Estados Unidos, capitalista, e da União Soviética, de cunho socialista. O general, em parte da conferência, também dá a entender que o país não estaria vivendo uma ditadura.

A relação de Mauro Mota com o novo regime também foi de troca de favores. Em 2 de setembro de 1964, no ano do golpe, ele encaminhou

6 Houve uma aproximação com os militares antes do Golpe de 1964, que estavam presentes, com menos frequência, nas atividades do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Lá, eles participaram de cursos e capacitações. Ainda no fim da década de 1950, Mauro Mota, então diretor executivo, comunicou a Gilberto Freyre, que ainda não era presidente do Conselho Diretor - porque este ainda não havia sido criado -, que dois militares da Escola Superior de Guerra desejavam falar com o sociólogo. O caráter era de urgência: “Caro Gilberto, dois coronéis da Escola Superior de Guerra Hélio Silveira e Antônio Jorge Corrêa desejam falar com você hoje à tarde, pois chegaram ontem e voltam amanhã ao Rio. Peço dizer se pode recebê-los e a que horas. Combinei transmitir à informação ao meio-dia (relógio militar). Um abraço, Mauro. O seu telefone está quebrado?” (MOTA, 1958, n.p.)

uma carta ao então secretário de Imprensa da Presidência da República, José Vamberto, solicitando um encontro do seu irmão, dom João Mota, que era arcebispo da cidade de São Luís, no Maranhão, com o então presidente da República, o marechal Castelo Branco, para tratar de interesses do estado. Mauro Mota revelou que o irmão já tinha uma recomendação de Gilberto Freyre, mas que estava fazendo um reforço com a correspondência. Escreve Mauro Mota: “Apresento-lhe Dom João Mota, que me dá o título de ser seu irmão. Como você sabe ele é o Arcebispo de São Luís” (MOTA, 1964, n.p.), pontua no início. “Antes de ir participar da nova fase do Concílio Ecumênico, quis ir a Brasília para tratar, junto ao presidente Castelo Branco, dos problemas da Universidade (já instalada) do Maranhão” (MOTA, 1964, n.p.). Mauro destacou que já havia outra referência feita por Gilberto Freyre: “Peço assim prestigiá-lo nos trânsitos palacianos. Em troca, você, que é um bom católico, receberá uma bênção episcopal. Os agradecimentos” (MOTA, 1964, n.p.). Os dois lados se beneficiavam pelas relações de poder, que traziam também benefícios à família.

No ano de 1964, o instituto também investiu em pautas como a comemoração de figuras militares. O centenário de nascimento do marechal Cândido Rondon foi celebrado com a conferência do antropólogo Valdemar Valente, amigo de Mauro Mota e pesquisador da instituição. Com o tema “Rondon, exemplo de brasilidade”, o evento foi presidido pelo general Lyra Tavares e contou com as presenças do general Carlos Muricy, comandante da 7ª Região Militar, de Gilberto Freyre e de Mauro Mota. Os chefes de departamento do IJPNS e “numerosas outras pessoas” marcaram presença (CENTENÁRIO..., 1964/1965, p. 323). Ainda no mês de julho, o contra-almirante da Marinha, Hélio Lopes de Sousa, comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, acompanhado do capitão-tenente Francisco Sérgio Marinho e do primeiro tenente Hélio Trigueiro Londres Barreto foram recebidos na instituição (CONTRA-ALMIRANTE..., 1964/1965, p. 326). Além disso, o instituto recebeu alunos do curso de Informação da Escola Superior de Guerra. Além da recepção feita por Mauro Mota e Gilberto Freyre, eles contaram com uma programação com uma série de conferências no instituto. As palestras foram realizadas pelo próprio Mauro Mota, seu filho Roberto Motta, o antropólogo Estevão Pinto e o estatístico Carolino Gonçalves (CONFERÊNCIAS, 1964/1965).

O ápice do ritual de aproximação do instituto com os militares no ano de 1964 foi a recepção realizada para receber o então presidente Humberto Castello Branco. Numa demonstração pública de prestígio, o ditador visitou as instalações do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais acompanhado de dois ministros, o da Viação, Juarez Távora, e o da

Educação e Cultura, Flávio Lacerda. O boletim institucional, por sua vez, reforçou a intimidade do chefe de estado com o presidente do Conselho Diretor, Gilberto Freyre. Na ocasião, a comitiva também visitou o Centro Regional de Pesquisas Educacionais, também dirigido por Freyre. “Os visitantes, sempre em companhia do antropólogo-sociólogo Gilberto Freyre, percorreram demoradamente essas instituições, manifestando-se bem impressionados” (MINISTROS..., 1964/1965g, p. 264). O *Jornal do Commercio*, do Recife, em texto do jornalista Calazans Fernandes, anunciou que o Instituto, gerido por Mauro Mota, e o centro de pesquisas, dirigido por Freyre, tiveram recomendações expressas pelo presidente da República para que o Ministério da Educação prestigiasse “com recursos esses dois órgãos e busque neles as informações necessárias à formulação de uma política de valorização do homem, no Nordeste” (INTERESSE..., 1964/1965f, p. 264). A imprensa, além de dar destaque a essa aproximação, também lembrou que o então presidente da República chegou a frequentar as instalações da instituição de pesquisa ainda no ano de 1962, quando comandava o IV Exército, em Recife. Na época, ele participou de um curso especial sobre problemas agrários (FUNDAJ, 1964a).

Além do prestígio e dos recursos federais, a gestão de Mauro Mota também teve que se adequar ao novo governo, vestir a camisa de fato. Palavras não eram suficientes, gestos também eram importantes. No ano do Golpe e em 1965, o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais teve uma verdadeira “dança das cadeiras”. Diversos colaboradores foram desligados por portarias e resoluções. O caso emblemático, já em maio de 1964, é a rescisão de contrato com o pesquisador Heraldo Pessoa Souto Maior pela Resolução de nº 117, de 11 de maio de 1964. Na ocasião, ele desenvolvia um projeto de pesquisa sobre às “Ligas Camponesas”, tema sensível ao regime militar. O desligamento do pesquisador foi realizado quase um mês depois do novo governo. Chama a atenção que ele teve que restituir o valor de Cr\$ 264.000,00 (duzentos e sessenta e quatro mil cruzeiros) que teria recebido como adiantamento contratual da pesquisa: “Fica o Diretor-executivo autorizado a rescindir o contrato firmado a 15 de abril de 1963, com o prof. Heraldo Pessoa Souto Maior para a realização do projeto de pesquisa citado, dispensada a cominação contratual” (FUNDAJ, 1964a, n.p.), informa a resolução, assinada por Gilberto Freyre, na Sala de Sessões do Conselho Diretor em 11 de maio de 1964. O discurso da rescisão é pautado na decisão do pesquisador:

O Conselho Diretor do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, usando de suas atribuições, e considerando a exposição

de motivos do Diretor-executivo a respeito do projeto de pesquisa sobre “Ligas Camponesas”, do Prof. Heraldo Pessoa Souto Maior e, bem assim, as razões apresentadas pelo autor do trabalho, justificando que, por motivo de força maior, não poderia mais executar aquele projeto (proc. 0604, de 30.04.64), de acordo com o seu plano primitivo (FUNDAJ, 1964a, n.p.).

Um dia depois da resolução que informava a rescisão do contrato com Haroldo Pessoa Souto Maior, em 11 de maio de 1964, o instituto publicou outra resolução, dessa vez anunciando o aproveitamento de servidores temporários e apresentando todo o pessoal técnico e administrativo da instituição, que totalizava, segundo o documento, 111 cargos e funções gratificadas. Segundo a resolução, alguns servidores temporários seriam reaproveitados. Para isso, eles teriam sido admitidos antes do Artigo 23 da Lei nº 4069, de 11 de junho de 1962. As funções da resolução foram divididas em diversos setores: administração e escritório, com 20 cargos; comunicação e transportes, com cinco; educação e cultura, com 19; guarda, conservação e limpeza, com 14; profissional, com 38; quadro de provimento em comissão, com uma vaga, representada pelo diretor-executivo, Mauro Mota; e as funções gratificadas, com 14, designadas pelas chefias de departamento, como os de história social, sociologia e antropologia. A publicação de todas essas vagas também tinha como justificativa o crescimento de projetos da instituição e a concorrência por profissionais qualificados.

A resolução nº 115, de 11 de maio de 1964, apresenta todas as funções do instituto, mas não demonstra quais os profissionais estariam ocupando tais cargos. Era como uma “prestação” de contas da gestão de Mauro Mota com o novo regime. O documento, assinado na Sala de Sessões do Conselho Diretor por Gilberto Freyre, destaca que as ocupações estavam ligadas ao crescente número de programas ligados à execução de projetos, inquéritos, estudos e análise decorrentes das atividades da casa, além de serviços relacionados ao seu funcionamento – infraestrutura administrativa, por exemplo. O destaque é a justificativa para a manutenção de parte do então quadro de funcionários: “Falta de garantias na prestação de serviços eventuais ou temporários, e o mercado de trabalho qualificado, cuja demanda a Sudene valorizou nesta área regional” (FUNDAJ, 1964b, n.p.). Além de Haroldo, outros funcionários também saíram do instituto, hipoteticamente, a pedido. Outros também foram promovidos no ano de 1964, assumindo funções gratificadas, bolsas e autorizados a prestar serviços na instituição.

Um dos beneficiados foi o filho mais velho de Mauro Mota, o antropólogo Roberto Motta. A resolução nº 119, de 3 de julho de 1964

concede auxílio ao já assistente de pesquisas sociais do instituto, que também já recebia bolsa no Instituto Sociais de Haia⁷, nos Países Baixos (FUNDAJ, 1964c). Na justificativa, a resolução informa que Roberto Mauro Cortez Motta se achava, desde janeiro de 1963, realizando um curso de mestrado em Ciências Sociais. Informa, ainda, que as despesas do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais com o filho do diretor-executivo eram apenas dos seus vencimentos mensais e que, o trabalho, quando concluído, o pesquisador voltaria ao Recife, onde aplicaria seus conhecimentos especializados. A ajuda incluiria um pedido do próprio Roberto nas despesas da viagem de retorno ao Brasil. O pesquisador recebeu um auxílio de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), indexado na categoria de "despesas de qualquer natureza ligadas a Atividades-meio, no setor de atividades educativas e culturais, inclusive auxílio e bolsistas" (FUNDAJ, 1964c, n.p.). A assinatura com a liberação é do jurista Luiz Delgado, então presidente do Conselho Diretor em exercício.

A arrumação no quadro de funcionários continua no ano seguinte, com contratações, reconduções de funcionários, autorização de novos prestadores de serviços e até dispensas. Diversas portarias e resoluções de 1965 tratam do reaproveitamento de funcionários contratados, ou reconduzidos. Em 12 de agosto de 1965, o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais publica uma nova resolução, desta vez por meio de uma portaria com os funcionários contratados a partir de 9 de agosto até 31 de dezembro. A portaria nº 28 trata de 29 funcionários da casa, desde assistentes de pesquisa, como cargos administrativos e de serviços gerais (FUNDAJ, 1965). Dessa vez, o instituto colocou a função de cada um deles e os respectivos salários. O documento informava a permanência de 14 funcionários, reconduzidos ao longo do ano, que são: Hebe Augusta de Barros Rocha, Graziela Irene Barbosa Bruscky, Helena Simões Duarte e Pedro Alves de Miranda, os quatro como assistentes de pesquisa social; Gleide de Oliveira Guimarães e Maria Isaura Lins de Lima, ambas auxiliares de pesquisa social; Pedro Alves de Miranda, assistente administrativo; Aécio de Oliveira, assistente de museu; Irene Sobreira de Araújo e Elza Áurea de Luna, ambas atendentes de datilógrafo; Vladimir Andrade Sobrinho, auxiliar de divulgação e relações públicas; Paulo Miguel dos Santos, fiel de almoxarifado; João Batista do Espírito Santo, oficial de carpinteiro; Ubiraci Gonçalves dos Santos, contínuo; e Fernando Antônio Vieira Gonçalves da Silva, analista de estatística (FUNDAJ, 1965).

No mesmo período, novos nomes foram autorizados a prestar serviço à instituição, como o artista plástico Paulo Roberto Barbosa Bruscky,

7 Em seu currículo Lattes, Roberto Mauro Cortez Motta informa que, durante o mestrado, foi bolsista do Nederlandse Bureau Voor Buitenlandse Technische Hulp (NEBUTA), da Holanda. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0828507755265572>. Acesso em 02 fev. 2021.

conhecido pela atuação crítica ao regime militar, Hermilo Borba Filho, famoso teatrólogo pernambucano, além de Gustavo Henrique Altino de Campos, Hildo Cezar de Lima, Lucia Helena Motta Collier e Sérgio Moacir de Albuquerque. Entre os contratados, estão Maria de Fátima de Andrade Quintas, filha do primeiro do Departamento de História do Instituto, Amaro Quintas. Entre os dispensados, um nome: José Hesketh Lavareda. Além da contratação de intelectuais com a linha de pensamento à esquerda, a gestão de Mauro Mota no Instituto Joaquim Nabuco também reforçou a política de nomes e sobrenomes na instituição – primos, sobrinhos, filhos, enfim, muitos parentes comungavam do mesmo emprego público. Essa foi uma estratégia institucional, que também envolvia a aliança com as tradicionais famílias usineiras da região Nordeste, sobretudo da Zona da Mata de Pernambuco. Na ditadura, o instituto tornou-se um bastião ideológico do pensamento desse grupo então decadente no jogo de poder do país (PINTO, 2009, p. 449).

Considerações finais

Apesar de uma bibliografia que indique uma gestão razoável de Mauro Mota à frente do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (INJPS), hoje Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), os trabalhos até então dedicados à história da instituição não abordavam as contradições tanto da gestão como do próprio gestor no período. Além disso, é possível, por meio da análise da gestão de Mauro, desconstruir a imagem de Gilberto Freyre como um “intelectual público”, que sobrevivía somente por meio de suas obras e palestras.

Gilberto não só usou e abusou de Mauro Mota para empregar amigos, familiares e satisfazer seus caprichos pessoais. A gestão do instituto reforçou a projeção internacional da obra de Gilberto e deu a ele uma instituição para chamar de sua. Mauro Mota, mesmo com a submissão, galgou novos espaços a partir dessa relação: a permanência no cargo por muitos anos, o emprego de filhos e o prestígio consagrado com a conquista da imortalidade na Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1970, são alguns dos exemplos.

A dupla Mauro e Freyre foi habilidosa - apesar de Mauro, quase sempre, executar os desejos do Mestre de Apipucos. A ditadura trouxe a eles um novo desafio que foi executado com louvor. Ambos sobreviveram em suas funções depois da mudança de regime, mesmo que isso custasse a exoneração de diversos pesquisadores e funcionários, além de elogios

públicos a líderes políticos e militares que até hoje sofrem com a imagem manchada por práticas de tortura, corrupção e afronta aos direitos humanos.

Foi durante o regime militar, e em parte no período de sua gestão no instituto, que Mauro Mota foi eleito membro do Conselho Estadual de Cultura (1969), diretor do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco (1971), presidente da Academia Pernambucana de Letras (1972) e membro do Conselho Federal de Cultura (1981) e também retornou ao Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, na época já Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj (1983), como membro titular do Conselho Diretor. Por indicação do então governador Eraldo Gueiros, Mauro também assume a gestão do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (1972), em Pernambuco, permanecendo lá até sua morte, em 22 de novembro de 1983.

A força de Gilberto Freyre e a ascensão de nomes ligados a ele na intelectualidade nordestina, como Mauro Mota, não foi sentida apenas no IJNPS. A história da gestão de Mauro Mota revela como determinadas práticas em instituições públicas de pesquisa foram construídas e até hoje permanecem em nichos onde o público, infelizmente, se confunde com o privado.

Referências

A PESQUISA Social e a Segurança Nacional. *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, Ministério da Educação e Cultura, Recife, vol. 1, n. 13-14, p. 322. 1964/1965.

BOLAND, Roberto. Ascenso Ferreira, poeta e filósofo... da preguiça. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 20/02/1983.

CAMPANTE, Rubens Goyatá. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira. In: *Dados*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 153-193, 2003.

CENTENÁRIO do nascimento de Rondon. *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, Ministério da Educação e Cultura, Recife, vol. 1, n. 13-14, p. 323, 1964/1965.

COELHO, Fernando Vasconcelos. *Direita, volver: o golpe de 1964 em Pernambuco*. 2.ed., Recife: Bagaço, 2004 [2004], 580 p.

CONFERÊNCIAS. *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, Ministério da Educação e Cultura, Recife, vol. 1, n. 13-14, p. 325, 1964/1965.

CONTRA-ALMIRANTE visitou o Instituto. *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, Ministério da Educação e Cultura, Recife, vol. 1, n. 13-14, p. 326, 1964/1965.

CURRICULUM vitae. *Revista do Arquivo Público*, Recife, vol. 1, n. 1, p. 21-48, 1984.

FRESTON, Paul. Um império na província: O Instituto Joaquim Nabuco em Recife. In: MICELI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: IDESP, 1989, p. 316-358.

FREYRE, Gilberto. Correspondência. 13/03/1968. Destinatário: Mauro Mota. Recife, Código MMo CRp64 doc 1376,1, Acervo Fundação Joaquim Nabuco.

FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos: trechos de um diário de adolescência e a primeira mocidade, 1915-1930*. 2. ed. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2006 [1975]. 384 p.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO – FUNDAJ. *Resolução nº 115, de 11/05/1964*. Aprova o Quadro de Pessoal Técnico e Administrativo do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Abr./maio/jun. 1964b.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO – FUNDAJ. *Resolução nº 119, de 3/07/1964*. Concede auxílio a bolsista. Jul./ago./set. 1964c.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO – FUNDAJ. *Boletim Interno nº 20, Janeiro/Fevereiro/Março de 1965*. Recife, Portaria nº 28, de 12/10/1965a.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO – FUNDAJ. *Boletim Interno nº 20, Janeiro/Fevereiro/Março de 1965*. Recife, Portaria nº 28, de 12/10/1965b.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO – FUNDAJ. *Ofício 111/59. 09/04/1959*. Recife, Código GF CR57p1doc6, Acervo Fundação Gilberto Freyre.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO – FUNDAJ. *Ofício 413/62. 24/04/1962*. Recife, Código GF CR5p1doc14, Acervo Fundação Gilberto Freyre.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO – FUNDAJ. *Ofício 413/62. 24/04/1962*. Recife, Código GF CR5p1doc14, Acervo Fundação Gilberto Freyre.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO – FUNDAJ. *Ofício 650/60. 05/12/1960*. Recife, Código GF CR57p1doc11, Acervo Fundação Gilberto Freyre.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO – FUNDAJ. *Resolução nº 117, de 11/05/1964*. Autoriza a rescisão de contrato para realização de pesquisa. Abr./maio/jun. 1964a.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [1936]. 220 p.

IJNPS comemora aniversário da Revolução. *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, Ministério da Educação e Cultura, Recife, 1971.

INFORMES sobre Pernambuco. *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, Ministério da Educação e Cultura, Recife, vol. 1, n. 13-14, p. 261, 1964/1965e.

INTERESSE do Presidente Castelo Branco pelo IJNPS. *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, Ministério da Educação e Cultura, Recife, vol. 1, n. 13-14, p. 264, 1964/1965f.

JUCÁ, Joselice. *Joaquim Nabuco: uma instituição de pesquisa e cultura na perspectiva do tempo*. 1. ed Recife: Editora Massangana, 1991, 236 p.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, 440 p.

MINISTROS visitam o Instituto. *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, Ministério da Educação e Cultura, Recife, vol. 1, n. 13-14, p. 264, 1964/1965g.

MOTA, Mauro. *Cara e C'oroa: uma fase do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*. 1. ed. Recife: Dialgraf, 1974. 144 p.

MOTA, Mauro. *Correspondência*. 02/09/1964. Destinatário: José Vamberto. Recife, Código MMo CEp6 doc.110, Acervo Fundação Joaquim Nabuco.

MOTA, Mauro. *Correspondência*. 19/08/1960. Destinatário: Gilberto Freyre. Recife, Código GF CR57p1doc9, Acervo da Fundação Gilberto Freyre.

MOTA, Mauro. *Correspondência*. 20/09/1962. Destinatário: Gilberto Freyre. Recife, Código GF CR57p1doc17, Acervo Fundação Gilberto Freyre.

MOTA, Mauro. *Correspondência*. 03/04/1958. Destinatário: Gilberto Freyre. Recife, Código: GF CR57p1doc4, Acervo Fundação Gilberto Freyre.

MOTA, Mauro. *Modas e modos*. 2. ed. Recife: Editora Raiz, 1977 [1975]. 228 p.

MOTTA, Roberto. Mauro Mota, Memória, Data e Festa. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, n. 65, 2012, p. 1-21.

MUSEU DA IMAGEM E DO SOM DE PERNAMBUCO - MISPE. *Entrevista de Mauro Mota*. Entrevistadores: Olímpio Bonald Neto, Francisco Bandeira de Mello e Fernando Jader Magalhães Melo. 1977.

NERY, Edson. *Correspondência*. 20/10/1964. Destinatário: Mauro Mota. Recife, Código MMo CRp55 doc 1197, Acervo Fundação Joaquim Nabuco.

PINTO, João Alberto da Costa. Gilberto Freyre e a intelligentsia salazarista em defesa do Império Colonial Português (1951-1974). In: *História*, Franca, v. 28, n. 1, p. 445-482, 2009.

PLANO de ação do IJN: estudo sistemático dos problemas do Nordeste. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 08/04/1956.

VALENTE, Waldemar. *As diabruras de Mauro Mota*. 1. ed. Recife: Edições Pirata, 1986. 146 p.